

A POSTURA DE SEBASTIAO AMANCIO EM RELACAO A DEMARCAÇÃO
DAS TERRAS TIKUNA - EVARE I E II

CEDI - P. I. B.
DATA 22.06.89
COD TCD54

(DIALOGO OCORRIDO NO DIA 14.06.89 NA SEDE DA FUNAI
EM MANAUS/AM)

"Entregamos um documento para o superintendente Francisco Celmo no dia 14.06.89, 4ª feira, pedindo confirmação da ida do grupo de trabalho a área dos Tikuna.

A primeira conversa foi com o chefe de gabinete do superintendente que nos informou que estava proposto ir uma comissão entre o mês de maio passado até o mês de outubro desse ano. E isto ainda não estava definido. A proposta estava sendo vista e discutida, apesar de já ter enviado a proposta a Brasília.

No momento que Brasília tivesse a aprovação dos relatórios enviados e autorizar, a mesma iria para a área dos tikuna.

Depois o chefe de gabinete do superintendente nos levou até o gabinete do Sebastião Amancio para ter melhores informações porque de fato é ele que vai dirigir esta comissão e todas as propostas deverão ser executadas por ele, atendendo o decreto presidencial nº 94.946 e 94.945.

No diálogo de Sebastião Amancio ele informou que não tem outra alternativa para a demarcação de terras indígenas, de índios aculturados como são os tikuna e confirmou que a demarcação das terras são feitas com respeito, conforme a vivência do índio e se referiu à área dos índios Yanomami, que foi reconhecida pelo governo como área indígena e de posse dos índios daquela região.

E afirmou também que para os Tikuna não seria assim: seria aldeamentos e colônias.

Sebastião Amancio garantiu que os acordos serão feitos individualmente, isto é, com cada um chefe das aldeias que deverá aceitar a demarcação em volta de sua aldeia.

Sebastião definiu que não quer negociar com os líderes representantes das tribos porque dizem serem representantes mais que são falsos, não são um reconhecimento do povo Tikuna e contestou que cada chefe de posto deveria por sua área sem interferir na aldeia de outros.

Pedro Mendes e José Severino disseram que nós não estamos de acordo com essa proposta imposta pela Funai e CSN, porque nós tikuna defendemos uma área contínua aonde habitam 12 mil índios tikuna e 48 aldeias.

Novamente falou Amancio que a área continua não existe e que esta proposta não é definida pelo povo. Ao contrário: quem defende são os que se dizem representantes do povo e garantiu que não existe representante legítimo dos Tikuna. Ele deixou bem claro que não respeita as lideranças indígenas.

Depois da conversa com Sebastião Amancio fomos ao gabinete do substituto do superintendente, Dr. Ezequiel, que recebeu o documento e garantiu ir para a área para se reunir com todos os representantes de aldeias tikuna até o final do mês de junho de 1989."

CALHA NORTE AMEAÇA INDIOS TIKUNA

O governo Sarney, ao executar o Projeto Calha Norte, roubou a maior parte das terras Yanomami, ao demarcá-las em 19 pequenas áreas descontínuas, como também a terra tradicional de mais de 30 nações que habitam o Alto Rio Negro. A terra dos Macuxi e Wapixana, de Roraima, estiveram na mira do Calha Norte e só não foi mais reduzida devido a pressão dos índios em Brasília, no último dia 24 de maio, durante a reunião do GTI. Agora o Calha Norte se volta contra os Tikuna e outros povos indígenas do Alto Solimões.

A situação entre os Tikuna é muito preocupante. A comissão interministerial - composta por representantes do Ministério da Saúde, COBAL, Ministério do Interior e FUNAI -, que tem como objetivo convencer os índios a aceitar a demarcação das Colônias Indígenas, é aguardada com muita expectativa. Essa mesma comissão, há dois anos atrás, espalhou terror entre os índios do Alto Rio Negro para poder conseguir seu intento que era demarcar Colônias Indígenas em vez de áreas contínuas, como reivindicavam os índios.

Esse mesmo jogo sujo está sendo praticado agora para levar os Tikuna a aceitarem as Colônias. Mas os índios não abrem mão dos seus direitos e exigem o cumprimento da Constituição, que em seu Artigo 231 assegura a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. A demarcação de Colônias Indígenas é, portanto, completamente ilegal, uma vez que elas se destinam a índios "aculturados" e essa figura não existe na Constituição atual.

GOVERNO NÃO RESPEITA OS INDIOS

Desde 1986 os Tikuna são perseguidos pelo Governo para que aceitem a demarcação das Colônias e estão ameaçados de não terem suas terras demarcadas se não aceitarem as Colônias. Em março daquele ano, lideranças Tikuna reuniram-se com representantes do extinto Conselho de Segurança Nacional e pediram que se fizesse uma reunião nas áreas indígenas com os representantes do governo a fim de esclarecer do que se tratavam as Colônias. Os representantes do governo, no entanto, ficaram em Tabatinga na época da reunião mas nem chegaram a dirigir-se às áreas. Naquele mesmo mês, em outra reunião, os Tikuna ameaçaram punir todo e qualquer branco que entrasse em suas terras e também os militares.

O então superintendente da FUNAI, Sebastião Amâncio, declarou que os Tikuna não aceitaram os benefícios do Calha Norte ao recusarem as Colônias Indígenas.

Em julho de 87, outra reunião entre índios e representantes do governo aconteceu, novamente em Brasília. Desta vez os índios anunciaram que não participariam de outras reuniões, uma vez que nada se decidia se os índios não se curvassem aos inetrresses do Conselho de Segurança Nacional.

Em 88, a comunidade de São Leopoldo, em Benjamin Constant, vive momentos de terror. No dia 28 de março, jagunços de um empresário madeirense que se dizia proprietário de uma terra onde estava situado um cemitério indígena mataram 14 índios e até hoje não foram punidos.

4 assembléias já foram realizadas e a posição dos Tikuna é a mesma: NÃO ACEITAR A DEMARCAÇÃO DAS COLÔNIAS INDÍGENAS como o governo quer, já que isso custaria a redução da maior parte de suas terras, como aconteceu em Pari cachoeira, na região da "Cabeça do Cachorro", e em Roraima.

A'REAS A DEMARCAR



A'REAS DEMARCADAS



Manaus, 14 de junho de 1989

Ilustre Companheiro LULA,

Nós da comunidade TIKUNA queremos aproveitar a oportunidade para colocarmos a nossa preocupação com a postura do futuro presidente do Brasil quanto ao problema dos povos indígenas do nosso país. Sabemos que a nova Constituição determina que as terras indígenas sejam demarcadas no prazo de cinco anos, o que para nós não é novidade, porque o Estatuto do Índio também determinava que a demarcação fosse feita pelo poder executivo em cinco anos. A diferença é que essa lei é de 1973. Não adianta lei boa com governo ruim.

. Da mesma forma estamos preocupados com a Justiça, tão cega que ainda não conseguiu enxergar uma solução para a questão do massacre dos nossos irmãos Tikuna, ocorrido no dia 28 de março de 1988, na comunidade de São Leopoldo, no município de Benjamin Constant e isso aconteceu a mando de um empresário madeireiro, que até hoje continua impune juntamente com os capangas que ele contratou para matar os índios.

Queremos apoio para os nossos problemas. Não queremos um presidente intelectual. Queremos COMPROMISSO do nosso futuro presidente com a causa indígena. O povo indígena é igual ao resto do povo brasileiro que sempre sofreu com os representantes dos poderosos.

O povo Tikuna tem esperança no futuro.

- PELA DEMARCAÇÃO DE NOSSAS TERRAS CONFORME A NOSSA VONTADE E NÃO EM FORMA DE "COLÔNIAS INDÍGENAS" COMO O GOVERNO ESTÁ QUERENDO FAZER. QUEREMOS A DEMARCAÇÃO EM ÁREAS CONTÍNUAS.
- PELO FIM DA DISCRIMINAÇÃO AO ÍNDIO;
- POR JUSTIÇA NO CASO DO MASSACRE DOS TIKUNA;
- PELO APOIO À NOSSA CULTURA;
- CONTRA TODOS OS PROJETOS QUE ATENTAM CONTRA A NOSSA SOBREVIVÊNCIA FÍSICA E CULTURAL E PARA CUJA IMPLANTAÇÃO NÃO FOMOS CONSULTADOS;
- PELO AMOR À NATUREZA.

DOCUMENTO ENTREGUE AO CANDIDATO DA FRENTE BRASIL POPULAR
LUIZ INACIO LULA DA SILVA POR OCASIÃO DE SUA PRESENÇA EM

MANAUS



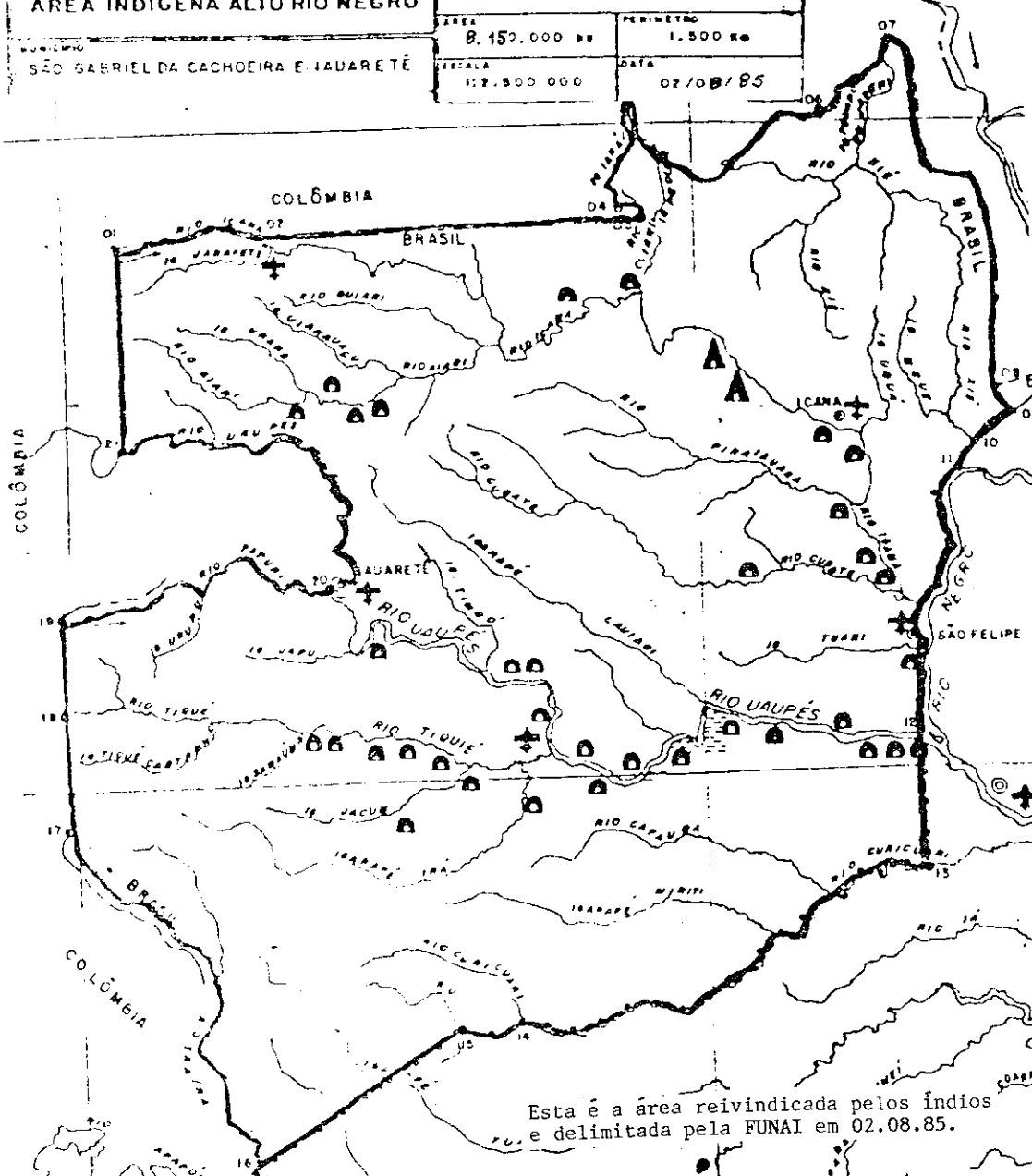
MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

ÁREA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO

DELIMITAÇÃO

ÁREA	8.152.000 m²	PERÍMETRO	1.500 Km
ESCALA	1:2.500.000	DATA	02/08/85

MUNICÍPIO
 SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA E JAUARETÊ

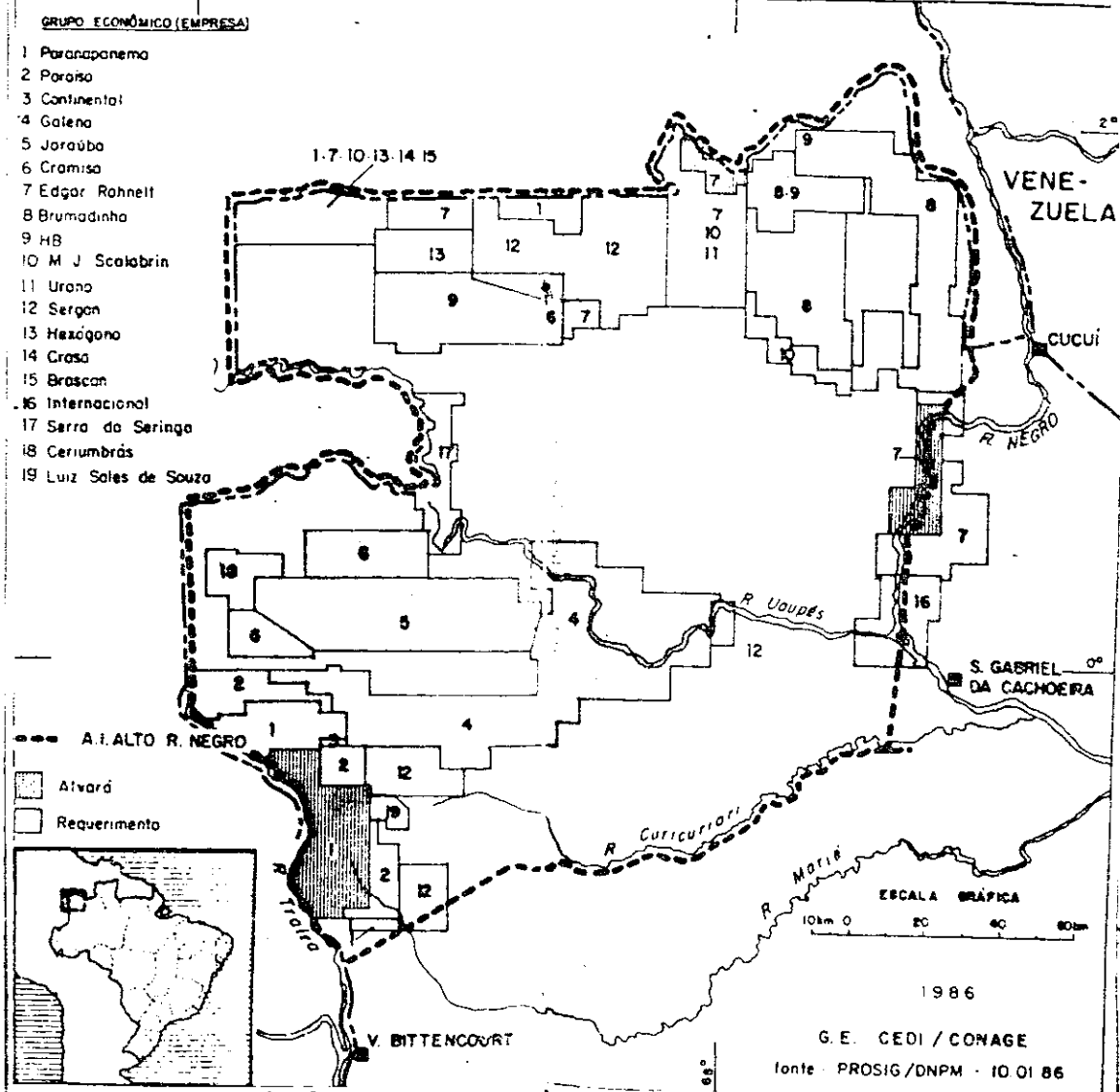


Esta é a área reivindicada pelos índios e delimitada pela FUNAI em 02.08.85.

A TERRA DOS ÍNDIOS

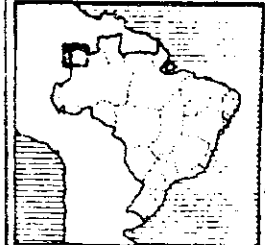
GRUPO ECONÔMICO (EMPRESA)

- 1 Parapanema
- 2 Paraíso
- 3 Continental
- 4 Galena
- 5 Joróuba
- 6 Cramisa
- 7 Edgar Rahnett
- 8 Brumadinho
- 9 HB
- 10 M. J. Scalabrini
- 11 Urano
- 12 Serçon
- 13 Hexágono
- 14 Crasa
- 15 Brascan
- 16 Internacional
- 17 Sarra da Seringa
- 18 Cerumbrás
- 19 Luiz Sales de Souza



A.I. ALTO R. NEGRO

- Alvará
- Requerimento







ESCALA GRÁFICA
 10km 0 20 40 60km

1986
 G. E. CEDI / CONAGE
 fonte: PROSIG/DNPM - 10.01.86

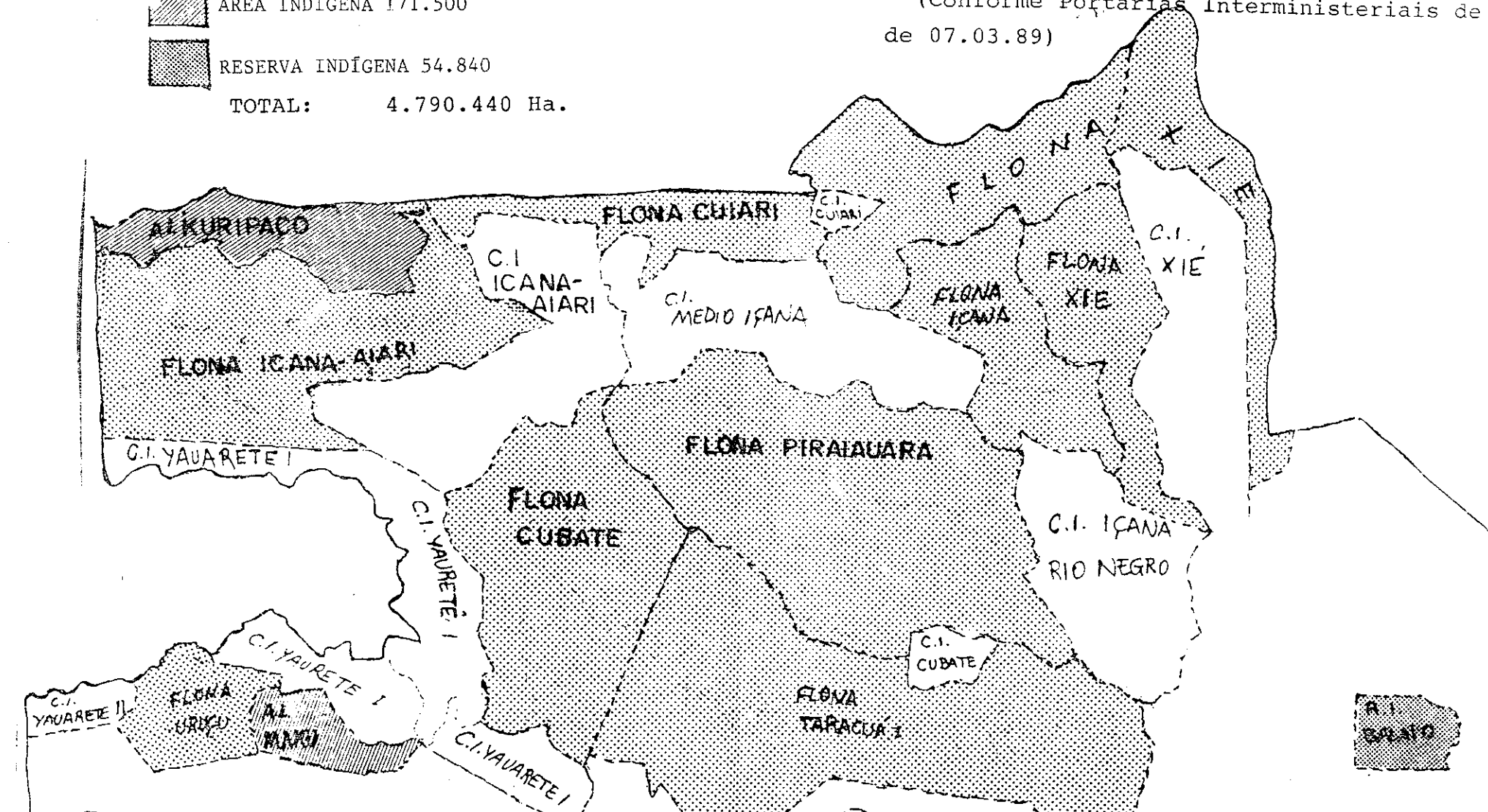
A marcha das empresas mineradoras, algumas com alvarás, outras aguardando autorização do governo

A COBIÇA DAS MINERADORAS

-  COLÔNIAS INDÍGENAS 1.529.800
 -  FLORESTA NACIONAL 3.034.300
 -  ÁREA INDÍGENA 171.500
 -  RESERVA INDÍGENA 54.840
- TOTAL: 4.790.440 Ha.

Depois de delimitada, o governo fez novo ajuste nas terras indígenas, transformando a área reivindicada numa verdadeira colcha de retalhos. Ficaram de fora as terras mais ricas que passam para as mãos das mineradoras...

(Conforme Portarias Interministeriais de de 07.03.89)



A ARBITRARIEDADE DO GOVERNO